

O Estado de São Paulo
Segunda-feira, 18 de agosto de 2003

De Jango a Lula

LIÇÃO PRINCIPAL É QUE COM ESTABILIZAÇÃO NÃO SE BRINCA

Marcelo de Paiva Abreu

A recente multiplicação de invasões de propriedades rurais e urbanas, combinada à relutância demonstrada pelo governo em reconhecer a gravidade do problema e tratar de debelar a anarquia, ensejou reações de diversos comentaristas quanto a pretensas semelhanças entre o atual quadro político e econômico e o que caracterizou o início da década de 1960 e culminou no golpe militar de 1964. Com a diminuição do número de invasões, arrefeceu esse ardor comparativo e talvez haja espaço para tratar do assunto de forma menos apaixonada e com maior compromisso com a memória. Talvez possa haver alguma esperança de que, na provável recorrência de ações do MST e de recrudescimento do alarme quanto ao respeito à ordem legal, sejam buscadas na história analogias e lições mais aptas.

No quadro político, o contraste entre as posições de Lula e de Jango não poderia ser mais marcante. Lula tem a legitimidade que advém de uma vitória eleitoral espetacular que coroou muitos anos de lutas políticas e de amadurecimento de um grande partido político. Jango foi um presidente fraco politicamente, guindado ao poder pela combinação nefasta de uma legislação eleitoral desastrada - que permitia a eleição de chapas presidenciais descasadas - e da incontinência de Jânio Quadros. A "solução" de compromisso parlamentarista, com as forças armadas divididas, enfraqueceu irremediavelmente a posição do presidente.

No quadro econômico, os contrastes entre Lula e Goulart são também marcantes. No núcleo duro inicial do governo Goulart, apesar de suas alianças à esquerda e com o peleguismo sindical, havia forte influência conservadora, desde Tancredo Neves, seu primeiro-ministro, até Moreira Salles, o ministro da Fazenda. O gabinete Neves foi derrotado pela ineficácia em equacionar os problemas econômicos que refletiam a herança espinhosa de JK - inflação alta, déficits públicos elevados, e dificuldades de balanço de pagamentos - e os efeitos desestabilizadores da crise política de agosto-setembro de 1961. Com a restauração do presidencialismo, em 1963, Goulart tentou resgatar a estabilização com um programa ortodoxo implementado por Santiago Dantas e Celso Furtado, ambos da esquerda "positiva", que em poucos meses fracassou frente à oposição dos setores mais radicais da coalizão governista. Depois de meados de 1963, o clima de ladeira-abaxo dominou a condução da política econômica. Em 1961 a economia cresceu mais de 8% e em 1962, mais de 6%, mas com o fracasso reiterado das políticas de estabilização e o declínio de investimentos, em 1963, depois de 20 anos de expansão a 7% ao ano em média, a economia praticamente estagnou. Buscando a impossível combinação de inflação alta e crescimento, o governo terminou por obter inflação muito alta e estagnação.

À medida que se configurava um quadro de fracasso quanto ao controle da inflação, dos gastos públicos e dos desequilíbrios de balanço de pagamentos, ganhou força o lado reformista do presidente. Embora as chamadas reformas de base tenham jogado um papel político importante sob Goulart, nunca foram objeto de qualquer esforço de sistematização como propostas de governo: eram pouco mais do que bandeiras políticas. Combinavam xenofobia no tratamento do capital estrangeiro com ênfase no estatismo e no acesso à terra via reforma agrária.

Este último aspecto é o que despertou os piores instintos historicistas no parlamento e na mídia. Mas o parentesco entre o MST e as Ligas Camponesas não é próximo. A demanda por acesso à terra no governo Jango estava bastante concentrada na região canavieira em Pernambuco, não tendo adquirido feição nacional muito nítida. A agitação em torno do acesso à terra terá contribuído para fragilizar ainda mais o governo Goulart mas não se deve exagerar a sua importância. Em muitos sentidos, a situação fundiária hoje é muito mais grave do que há 40 anos e os riscos, muito maiores. A renda per capita está estagnada desde 1980. No início da década de 1960, depois de um longo período de crescimento rápido, as pressões por redistribuição de renda eram muito mais modestas do que hoje. Sabia-se muito menos sobre a miséria do povo: a história dos indicadores sociais era curta, a história dos índices de concentração de renda era nula. A violência desde então

avançou enormemente, especialmente nos grandes centros urbanos, hoje praticamente refêns do crime organizado.

Lula tem um patrimônio político e econômico significativamente maior do que o de Jango. Seu governo tem legitimidade política e maioria parlamentar. Apesar do choro e ranger de dentes, a estabilização tem prevalecido sobre as intensas pressões pela volta do crescimento a qualquer custo, defendida, com escasso realismo, até por muitos que se querem ilustrados. O governo tem condições de empreender um extenso leque de reformas que poderão viabilizar a volta ao crescimento sustentado - arte perdida desde 1980 - e a melhoria das condições de vida dos brasileiros mais pobres. Mas legitimidade para reformar depende de credibilidade em relação ao respeito à ordem constituída, embora haja gente no próprio governo que não tenha entendido isso. Enquadrar o MST e reverter o avanço do crime organizado faz parte de um programa mínimo de restauração dos direitos efetivos de propriedade sem os quais não há projeto de reformas que possa resgatar o País de sua condição crítica. A outra lição a retirar da história do início dos 60 é que com estabilização não se brinca. Lição que parece aprendida, mas que precisa ser repassada todos os dias.

Marcelo de Paiva Abreu é professor em licença sabática do Departamento de Economia da PUC-Rio